

PORTARIA N.º 2.976/2020-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO, ainda, os termos do Ofício n.º 061/2020-MP/PGJ/CAO-Criminal, datado de 9/10/2020, protocolizado sob o n.º 20879/2020, em 13/9/2020,

R E S O L V E:

CONVOCAR os Promotores de Justiça do Grupo de Trabalho Execução Penal e Sistema Penitenciário, abaixo relacionados para participarem da Reunião Técnica Operacional, que se realizará no dia 14/10/2020, às 15h, via plataforma digital, quando será lançado o Projeto: "PLANO DE ATUAÇÃO INTEGRADO PARA PRIORIZAÇÃO DA PERSECUÇÃO PENAL DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS - CVLI E DAS INVESTIGAÇÕES E AÇÕES PENAS QUE ENVOLVAM LETALIDADE OU VITIMIZAÇÃO POLICIAL", elaborado pelo Centro de Apoio Operacional Criminal como instrumento de planejamento e operacionalização da atuação dos órgãos de execução do MPPA na matéria criminal, e ainda palestra ministrado pelo Promotor de Justiça César Danilo Ribeiro de Novais, com o tema: A PRIORIZAÇÃO DA PERSECUÇÃO PENAL DOS CRIMES CONTRA A VIDA:

- 1 – ALAN JOHNNES LIRA FEITOSA – titular do cargo de 1º Promotor de Justiça de Itaituba;
 - 2 – ANDRÉ CAVALCANTI DE OLIVEIRA - titular do cargo de 1º Promotor de Justiça de Redenção;
 - 3 – ANTÔNIO MANOEL CARDOSO DIAS – titular do cargo de 2º Promotor de Justiça de Tomé Açu;
 - 4 – DANIELLA MARIA DOS SANTOS DIAS – titular do cargo de 4º Promotor de Justiça de Marabá;
 - 5 – DANYLLO POMPEU COLARES – titular do cargo de 3º Promotor de Justiça de Castanhal;
 - 6 – DULLY SANAÉ ARAÚJO OTAKARA – titular do cargo de 3º Promotor de Justiça de Santarém;
 - 7 – EDIVAR CAVALCANTE LIMA JÚNIOR – titular do cargo de 3º Promotor de Justiça de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas de Belém;
 - 8 – FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ – titular do cargo de 1º Promotor de Justiça de Salinópolis;
 - 9 – FRANCISCO CHARLES PACHECO TEIXEIRA – titular do cargo de 3º Promotor de Justiça de Tucuruí;
 - 10 – FREDERICO AUGUSTO DE MORAIS FREIRE – titular do cargo de 2º Promotor de Justiça Criminal de Santa Izabel do Pará;
 - 11 – GERSON DANIEL SILVA DA SILVEIRA – titular do cargo de 1º Promotor de Justiça Criminal de Abaetetuba;
 - 12 – JEANNE MARIA FARIAS DE OLIVEIRA – titular do cargo de 3º Promotor de Justiça de Bragança;
 - 13 – JOSÉ AUGUSTO NOGUEIRA SARMENTO – Coordenador do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado;
 - 14 – MILTON LUIS LOBO DE MENEZES – Coordenador do Grupo de Segurança Institucional;
 - 15 – MÔNICA CRISTINA GONÇALVES MELO DA ROCHA – Promotora de Justiça Auxiliar do CAO Criminal;
 - 16 – OCIRALVA FARIAS DE SOUZA TABOSA – titular do cargo de 5º Promotor de Justiça de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas de Belém;
 - 17 – PALOMA SAKALEM - em exercício no cargo de 1º Promotor de Justiça Criminal de Altamira;
 - 18 – VANESSA GALVÃO HERCULANO – titular do cargo de 1º Promotor de Justiça de Breves.
- PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de outubro de 2020.
CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

Protocolo: 596263

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**Extrato da Portaria**

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações Privadas Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, no desempenho de suas atribuições legais, nos termos do Artigo 129, inciso I da CF/88, nos Artigos 25, inciso III, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, no Artigos 52, incisos I e II, 54, inciso I e 56, IV da Lei Complementar Estadual nº. 057/2006, Artigos 8º, incisos II, IV e parágrafo único, e art. 9º da Resolução nº. 174/2017-CNMP; Resolução nº 020/2013-CPJ; Provimento Conjunto nº 03/2015-MP/PGJ/CGMP; Provimento Conjunto nº 001/2017-MP/PGJ/CGMP torna pública a Instauração de Procedimento Administrativo de Prestação de Contas Finalísticas.

Portaria: nº 148-MP/1ª e 2ª PJTFPAISFRJE.

Parte no Procedimento: ASSOCIAÇÃO NIKKEI DE BELÉM, CNPJ: 34.599.746/0002-66.

Assunto: Apuração da Prestação de Contas Finalística do ano calendário de 2019.

HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES

2ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial

1ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial – Em exercício

Coordenadora do Núcleo do Terceiro Setor

Protocolo: 596146

Extrato da Recomendação nº 039/2020-MP/6PJMAB

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por sua Promotora de Justiça desta Comarca infra firmada, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 129, III da CF/88, art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, art. 26, I da Lei nº 8.625/93 e art. 52, VI, da Lei Complementar Estadual nº 57/2006; torna pública a expedição da Recomendação nº 039/2020-MP/6PJMAB que se encontra à disposição para os interessados, nesta Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/n, esquina com Rodovia Transamazônica, Agrópolis do Incra, Bairro Amapá, CEP 68502-290, Marabá/PA - Telefone e Fax: (94) 3312-9900 - E-mail: mppmaraba@mppa.mp.br.

Recomendação nº 039/2020-MP/6PJMAB

Procedimento Administrativo nº 001138-940/2017

Destinatários: Governo do Estado do Pará, Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC).

Assunto: Recomendação Ministerial visando sanar irregularidades no tocante à situação da E.E.E.M. Plínio Pinheiro no município de Marabá/PA.

Mayanna Silva de Souza Queiroz – Promotora de Justiça, titular do 6º Cargo de PJ de Marabá

Protocolo: 596110

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**Extrato da Portaria**

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações Privadas Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, no desempenho de suas atribuições legais, nos termos do Artigo 129, inciso I da CF/88, nos Artigos 25, inciso III, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, no Artigos 52, incisos I e II, 54, inciso I e 56, IV da Lei Complementar Estadual nº. 057/2006, Artigos 8º, incisos II, IV e parágrafo único, e art. 9º da Resolução nº. 174/2017-CNMP; Resolução nº 020/2013-CPJ; Provimento Conjunto nº 03/2015-MP/PGJ/CGMP; Provimento Conjunto nº 001/2017-MP/PGJ/CGMP torna pública a Instauração de Procedimento Administrativo de Prestação de Contas Finalísticas.

Portaria: nº 150-MP/1ª e 2ª PJTFPAISFRJE.

Parte no Procedimento: ASSOCIAÇÃO PARAENSE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA-APPD, CNPJ: 04.704.797/0001-69.

Assunto: Apuração da Prestação de Contas Finalística do ano calendário de 2019.

HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES

2ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial

1ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial – Em exercício

Coordenadora do Núcleo do Terceiro Setor

Protocolo: 596147

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**Extrato da Portaria**

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações Privadas Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, no desempenho de suas atribuições legais, nos termos do Artigo 129, inciso I da CF/88, nos Artigos 25, inciso III, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, no Artigos 52, incisos I e II, 54, inciso I e 56, IV da Lei Complementar Estadual nº. 057/2006, Artigos 8º, incisos II, IV e parágrafo único, e art. 9º da Resolução nº. 174/2017-CNMP; Resolução nº 020/2013-CPJ; Provimento Conjunto nº 03/2015-MP/PGJ/CGMP; Provimento Conjunto nº 001/2017-MP/PGJ/CGMP torna pública a Instauração de Procedimento Administrativo de Prestação de Contas Finalísticas.

Portaria: nº 132-MP/1ª e 2ª PJTFPAISFRJE.

Parte no Procedimento: ASSOCIAÇÃO PRO-TRAUMA - APTNOVA GESTORA DA CLÍNICA DOS ACIDENTADOS, CNPJ: 19.943.524/0001-44.

Assunto: Apuração da Prestação de Contas Finalística do ano calendário de 2019.

HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES

2ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial

1ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial – Em exercício

Coordenadora do Núcleo do Terceiro Setor

Protocolo: 596128

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**Extrato da Portaria**

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações Privadas Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, no desempenho de suas atribuições legais, nos termos do Artigo 129, inciso I da CF/88, nos Artigos 25, inciso III, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, no Artigos 52, incisos I e II, 54, inciso I e 56, IV da Lei Complementar Estadual nº. 057/2006, Artigos 8º, incisos II, IV e parágrafo único, e art. 9º da Resolução nº. 174/2017-CNMP; Resolução nº 020/2013-CPJ; Provimento Conjunto nº 03/2015-MP/PGJ/CGMP; Provimento Conjunto nº 001/2017-MP/PGJ/CGMP torna pública a Instauração de Procedimento Administrativo de Prestação de Contas Finalísticas.

Portaria: nº 140-MP/1ª e 2ª PJTFPAISFRJE.

Parte no Procedimento: ASSOCIAÇÃO DA PIA UNIÃO DO PÃO DE SANTO ANTÔNIO, CNPJ: 04.977.773/0001-83.